Emissão S.A.

Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 e Relatório dos Auditores Independentes

KPDS 236624

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas **3**

Balanços patrimoniais **6**

Demonstrações do resultado **7**

Demonstrações de resultados abrangentes **8**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **9**

Demonstrações do fluxo de caixa **10**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **11**

FSA NETWORK

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores da
Emissão S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Emissão S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Emissão S.A., em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).*

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Antea
Alliance of independent firms

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IRFS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

  Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2020.

FSA NETWORK Consultores
CRC-RJ-[redacted]

[redacted]

Levi O. Soares
Contador-CRC-RJ [redacted]

EMISSÃO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
ATIVO	explicativa	2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.407	3.763	7.964	3.803
Contas a receber	7	20.391	125.296	22.542	126.993
Impostos a recuperar	8	4.158	6.251	4.682	6.775
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	2.133	440	2.133	630
Estoques	10	7.872	4.115	7.965	4.227
Adiantamentos		6.086	3.759	7.017	4.180
Outros		2.792	1.985	3.039	2.122
Total		45.839	145.609	55.342	148.730
NÃO CIRCULANTE:					
Realizável a longo prazo:					
Contas a receber	7	110.738	15.446	110.738	15.446
Contas a receber com empresas ligadas	12	6.910	179	-	32
Títulos de investimentos	11	209	379	209	379
Impostos de renda e contribuição social diferidos	22	27.539	21.884	27.539	21.884
Outros créditos		134	126	268	243
Investimentos em controlada e coligadas	13	7.758	6.927	6.958	5.629
Imobilizado líquido	14	1.348	1.644	2.427	1.697
Intangível	15	-	-	1.620	1.762
Total		154.636	46.585	149.759	47.072
TOTAL		200.475	192.194	205.101	195.802
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	16	-	4.088	403	4.088
Fornecedores		3.278	17.906	3.418	17.964
Obrigações sociais e trabalhistas	17	6.301	15.285	7.312	16.137
Parcelamento fiscal	18	2.012	8.806	2.179	8.969
Imposto de renda e contribuição social		-	2.308	15	2.513
Outras obrigações fiscais	19	11.169	29.568	11.697	29.759
Outros		1.343	1.246	1.479	1.295
Total		24.103	79.207	26.503	80.725
NÃO CIRCULANTE:					
Parcelamento fiscal	18	43.661	18.699	45.730	20.762
Contas a pagar para empresas ligadas	12	72.858	24.166	72.858	24.166
Contingências	20	1.257	848	1.270	848
Outros		286	919	413	919
Total		118.062	44.632	120.271	46.695
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:	21				
Capital social		34.763	34.763	34.763	34.763
Reserva legal		-	67	-	67
Prejuízos acumulados		(12.570)	(2.592)	(12.570)	(2.592)
Adiantamento para futuro aumento de capital		36.117	36.117	36.117	36.117
Total do patrimônio líquido		58.310	68.355	58.310	68.355
Participação dos minoritários				17	27
Total do patrimônio líquido		58.310	68.355	58.327	68.382
TOTAL		200.475	192.194	205.101	195.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMISSÃO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quantidade e valores por ação)

	Nota explicativa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
OPERAÇÕES CONTINUADAS:					
RECEITA DE SERVIÇOS	24	103.980	158.487	108.224	162.642
CUSTO DAS ATIVIDADES	25	(83.738)	(130.316)	(86.697)	(132.943)
LUCRO BRUTO		20.242	28.171	21.527	29.699
Despesas com pessoal		(8.807)	(7.183)	(9.200)	(7.608)
Despesas gerais e administrativas	26	(6.844)	(8.942)	(7.793)	(9.356)
Despesas comerciais - provisão para devedores duvidosos	7	(9.636)	(10.515)	(9.763)	(10.515)
Resultado de equivalência patrimonial	13	831	2.021	1.330	1.360
Outras receitas e despesas		(664)	(1.076)	(664)	(960)
		(25.120)	(25.695)	(26.090)	(27.079)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(4.878)	2.476	(4.563)	2.620
Receita financeira	27	345	1.541	435	1.700
Despesa financeira	28	(7.754)	(7.399)	(8.169)	(7.498)
Variação cambial líquida		(3.413)	(2.293)	(3.413)	(2.293)
Resultado financeiro líquido		(10.822)	(8.151)	(11.147)	(8.091)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(15.700)	(5.675)	(15.710)	(5.471)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22	5.655	2.571	5.655	2.381
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(10.045)	(3.104)	(10.055)	(3.090)
ATRIBUÍVEL A :					
ACIONISTAS DA SOCIEDADE				(10.045)	(3.104)
ACIONISTAS MINORITÁRIOS				(10)	14
				(10.055)	(3.090)
RESULTADO POR AÇÃO (R$) - BÁSICO E DILUÍDO					
OPERAÇÕES CONTINUADAS:					
ACIONISTAS DA SOCIEDADE		(0,29)	(0,09)	(0,29)	(0,09)
ACIONISTAS MINORITÁRIOS		-	-	(0,20)	0,28
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício		34.763.000	34.763.000	34.763.000	34.763.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMISSÃO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(10.045)	(3.104)	(10.055)	(3.090)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(10.045)	(3.104)	(10.055)	(3.090)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMISSÃO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas controladores								
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido da controladora	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2018	34.763	67	512	-	35.342	36.117	71.459	13	71.472
Prejuízo do exercício	-	-		(3.104)	(3.104)	-	(3.104)	14	(3.090)
Compensação de prejuízo	-	-	(512)	512	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	34.763	67	-	(2.592)	32.238	36.117	68.355	27	68.382
Prejuízo do exercício	-	-	-	(10.045)	(10.045)	-	(10.045)	(10)	(10.055)
Compensação de prejuízo	-	(67)	-	67	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	34.763	-	-	(12.570)	22.193	36.117	58.310	17	58.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMISSÃO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo líquido do exercício	(10.045)	(3.104)	(10.055)	(3.090)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	498	724	661	881
Provisão para devedores duvidosos	9.636	10.515	9.763	10.515
Variação cambial sobre empréstimos	3.414	2.293	3.414	2.293
Resultado de equivalência	(831)	(2.021)	(1.330)	(1.360)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(5.655)	(3.266)	(5.655)	(3.266)
Variações em:				
Contas a receber	(23)	(33.257)	(604)	(33.865)
Estoques	(3.757)	(841)	(3.738)	(871)
Adiantamentos	(2.327)	(1.632)	(2.837)	(1.764)
Títulos de investimentos	170	30	170	30
Outros ativos	(815)	(696)	(942)	(763)
Fornecedores	(14.628)	5.743	(14.546)	5.729
Impostos e contribuições	1.380	11.811	1.666	13.436
Obrigações sociais e trabalhistas	(8.984)	9.411	(8.825)	9.378
Outros passivos	(127)	(4.026)	101	(4.034)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(32.094)	(8.316)	(32.757)	(6.751)
Juros pagos	(459)	(153)	(241)	(153)
Impostos pagos	(3.519)	(3.459)	(3.458)	(5.130)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado	(202)	(1.107)	(1.249)	(1.115)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(202)	(1.107)	(1.249)	(1.115)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Contas com empresas ligadas - líquido	38.547	8.847	45.310	8.981
Empréstimos- líquido	(3.629)	4.088	(3.444)	4.088
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	34.918	12.935	41.866	13.069
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.356)	(100)	4.161	(80)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	3.763	3.863	3.803	3.883
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	2.407	3.763	7.964	3.803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Emissão S.A. ("Sociedade" ou "Grupo") está registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 33.3.0030994-2. O objetivo social da empresa consite em:I - Prestação de serviços de engenharia; II - Obras de urbanização III -Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; IV - Captação, tratamento e distribuição de água; V - Gestão de redes de esgoto; e VI - Coleta de resíduos não-perigosos. A sede da empresa é na Avenida Pastor Martin Luther King Jr., 126, 4º andar, salas 429 a 434, Del Castilho, Rio de Janeiro, Brasil. A Empresa, atualmente, tem filial em Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, em São Luis, no Estado do Maranhão e em Maceió, no Estado de Alagoas.

2 Relação de entidades investidas

A Emissão S.A. possuí 98% de participação na controlada Fontes da Serra Saneamento de Guapimirim Ltda., e 50% em cada uma das investidas SCP 150 e SCP 156.

3 Resumo das principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo InternationalAccounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 9 de março de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

O Grupo contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Sociedade porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão.

A Sociedade tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo.

A Sociedade reconhece um intangível à medida em que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

3.3 Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Ajustes a valor presente

Quando aplicável, os ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

- os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;

3.6 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Sociedade e de sua controlada (Fontes da Serra Saneamento de Guapimirim Ltda.).

Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Controlada

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.7 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.8 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de impostos, quando aplicável. As principais fontes de receita são descritas a seguir:

Receita de serviços

O Grupo reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

Contratos de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais do cliente, pleitos e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de trabalhos realizados. Quando o resultado não pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida apenas na extensão dos custos incorridos que são prováveis de serem recuperados.

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

3.9 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.10 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- receita de dividendos;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

O Grupo classifica juros recebidos e dividendos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos
Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.12 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseada na capacidade normal de operação.

3.13 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação resultantes das vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão descritas na nota 14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.14 Instrumentos financeiros

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado e outros passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros não derivativos - mensuração

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

São ativos financeiros classificados como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caixa e equivalentes de caixa e títulos de investimentos.

- Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

São ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis ocontas a receber e contas a receber de empresas ligadas.

Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Estão classificados na categoria de outros passivos financeiros, fornecedores e contas com empresas ligadas (líquido)

Instrumentos financeiros derivativos - mensuração

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

3.15 Capital social

Ações ordinárias
Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

3.16 Recuperação ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros não-derivativos
Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de o contas a receber teve perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.17 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Garantias

Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de cenários possíveis e suas respectivas probabilidades.

3.18 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas notas explicativas específicas.

3.19 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Sociedade está sujeita ao imposto sobre a renda, sendo necessário um julgamento significativo para determinar a respectiva provisão.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Sociedade também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos (caso existam) no período em que o valor definitivo é determinado.

b. Provisão para férias

O valor da provisão para férias é calculado tendo por base os valores médios anuais dos salários dos funcionários existentes no final do ano, incluindo os devidos adicionais recebidos ao longo do ano e os respectivos encargos.

c. ***Provisão para riscos trabalhistas***

A Sociedade é parte em processos judiciais trabalhistas. Provisões são constituídas para as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação de risco é feita mediante parecer de advogados externos.

3.20 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture). CPC 19 (R2).

Em caso de venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou joint venture, o efeito da transação somente seria reconhecida no resultado na medida em que a transação for com um terceiro não relacionado.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

4 Contrato de concessão

A controlada Fontes da Serra Saneamento de Guapimirim Ltda. inscrita no CNPJ sob o n.º 03.836.562/0001-68, é contratada do Município de Guapimirim, RJ, para a Gestão do Sistema e Serviços de Abastecimento de Água no Perímetro Urbano do Município de Guapimirim.

O Contrato de Concessão de n.º 004/00, foi assinado em 30 de junho de 2000, e tem o Prazo de Execução de 30(trinta) anos, prorrogáveis por igual período. (Cláusula 3ª - Contrato Administrativo n.º 004/00).

Das principais obras realizadas pode-se destacar: Melhorias na Captação; Construção de Estação de Tratamento de Água em Aço Carbono, com capacidade de tratamento de 120L/S; Construção de Tanque de Contato em Aço Carbono, com capacidade de 100m³; Construção de 02(dois) Tanques de Alívio em Aço Carbono, com capacidade individual de 16m³; Construção de 02(dois) Reservatórios para Água Tratada em Aço Carbono com capacidade de 1.000m³ e 527m³; Execução e Revitalização de 9.200 metros de Rede Distribuidora; Execução de 10.318 Ligações Prediais (Dados de 31/12/16); Instalação de 9.517 Hidrômetros (Dados de 31/12/16);

Todos os Clientes são micromedidos por hidrômetros volumétricos.

A Cobrança da Tarifa de Água foi iniciada em 01.07.2001, após a execução das obras necessárias, benfeitorias e melhorias.

O Contrato de Concessão prevê o reajuste anual na TRA - Tarifa Referencial de Água com base na variação do IGPM.

O último reajuste anual da TRA - Tarifa Referencial de Água ocorreu em novembro de 2015, e foi de 31,73%, devido ao acúmulo de anualidades anteriormente não concedidas. Desde então, não houve reajustes na tarifa, a qual enconta-se defasada.

Não houve, até a presente data, qualquer de Aditamento Contratual, bem como reajustes reais e ou reequilíbrio econômico financeiro.

A Concessionária possui compromisso contratual de universalizar, com regularidade, continuidade e eficiência, o abastecimento de água, fato que prescinde de investimentos para o pleno atendimento contratual.

O Controle de Qualidade da Água Captada, Tratada, Armazenada e Distribuída é feita por empresa independente com Acreditação ISO 17.025

A FUNASA - Fundação Nacional de Saúde, órgão do Governo Federal, executa de forma independente, semanalmente, monitoramento da Qualidade da Água em todo o Município de Guapimirim.

5 Consórcios

O Grupo contabiliza os consórcios conforme o CPC 19, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para se determinar o tipo de negócio em conjunto com o qual está envolvida trata-se de operação em conjunto (joint operation).

O Grupo opera como Consorciado nos seguintes Consórcios:

- **Consórcio Módulo** - Consórcio que tem como objeto Operação e Otimização do sistema de Leitura, Medição, Faturamento e Arrecadação, com Gerenciamento e Operação de Ações Comeciais em toda a área de concessão da CEDAE. O Grupo tem participação de 71,80% desse consórcio, esse investimento é tratado como operação em conjunto (joint operation), e são parte integrante das demonstrações da controladora, na proporção de participação.

- **Consórcio Magé** - Consórcio tem como objeto Execução de Ampliação do sistema de Abastecimento de Água do Município de Magé, no estado do Rio de Janeiro. O Grupo tem participação de 99,99% desse consórcio, esse investimento é tratado como operação em conjunto (joint operation), e são parte integrante das demonstrações da controladora, na proporção de participação.

- **Consórcio Rio Resolve -** Consórcio tem como objeto Serviços Comerciais Contínuos voltados para Recuperação de Créditos Vencidos em toda a região de Concessão da CEDAE. O Grupo tem participação de 50% desse consórcio, esse investimento é tratado como operação em conjunto (joint operation), e são parte integrante das demonstrações da controladora, na proporção de participação.

- **Consórcio DueFatto -** Consórcio tem como objeto Serviços Comerciais Contínuos voltados para Recuperação de Créditos Vencidos abrangendo as áreas da Tijuca e Leste, através das ações de cobrança administrativa, corte e reestabelecimento do Fornecimento de Água. O Grupo tem participação de 79% desse consórcio, esse investimento é tratado como operação em conjunto (joint operation), e são parte integrante das demonstrações da controladora, na proporção de participação.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Disponível em caixa	**947**	**350**	**966**	**355**
Depósitos bancários	**474**	**797**	**3.099**	**810**
Bradesco – CDB	667	2.616	3.579	2.637
Bradesco – Investplus	244	-	244	-
Itaú – CDB	12	-	12	-
Santander – CDB	63	-	63	
Caixa Econômica Federal – CDB	-	-	1	1
Total de equivalentes de caixa	**986**	**2.616**	**3.899**	**2.638**
Total	2.407	3.763	7.964	3.803

As aplicações financeiras são remuneradas, em média, à variação anual do CDI.

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Contas a receber de clientes	171.920	171.897	175.522	174.918
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40.791)	(31.155)	(42.242)	(32.479)
Total contas a receber	131.129	140.742	133.280	142.439

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Circulante	20.391	125.296	22.542	126.993
Não circulante	110.738	15.446	110.738	15.446
Total contas a receber	131.129	140.742	133.280	142.439

O saldo da conta "Contas a receber de clientes" inclui valores (vide a análise por vencimento) vencidos no final do período de relatório, para os quais oGrupo não constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores são relacionados a direitos contratuais e ainda são considerados recuperáveis. OGrupo não tem garantias para esses saldos nem tem o direito legal de compensá-los com valores devidos peloGrupo ao devedor, quando aplicável.

OGrupo constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos valores irrecuperáveis estimados determinados em experiências passadas de inadimplência e da análise da situação financeira atual de cada devedor.

Composição por vencimento do contas a receber que não estão incluídos como devedores duvidosos e portanto provisionados como de créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
A vencer	7.311	59.676	7.311	60.082
Vencidos até 60 dias	7.018	16.067	7.018	16.346
Vencidos de 61 a 180 dias	1.084	27.592	1.723	27.823
Vencidos de 181 a 360 dias	19.292	4.555	19.426	4.726
Vencidos a mais de 361 dias	96.424	32.852	97.802	33.462
Total	131.129	140.742	133.280	142.439

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora	
	2019	**2018**
Saldo no início do exercício	31.155	20.640
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas	9.636	10.515
Total	40.791	31.155

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	32.479	21.964
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas	9.763	10.515
Total	42.242	32.479

Composição por vencimento das contas a receber de clientes incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Vencidos a mais de 361 dias	40.791	31.155	42.242	32.479
Total	40.791	31.155	42.242	32.479

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, o Grupo considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
PIS/COFINS/CSLL	1.392	2.521	1.394	2.523
INSS	540	90	540	90
Antecipação de parcelamento fiscal	1.345	2.230	1.866	2.751
Outros	881	1.410	882	1.411
Total	4.158	6.251	4.682	6.775

9 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRRF	1.027	151	1.027	281
CSLL	1.106	289	1.106	349
Total	2.133	440	2.133	630

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Material elétrico	164	55	164	55
Material hidráulico	3.457	2.487	3.457	2.551
Material de construção	1.060	210	1.060	211
Uniformes e EPIs	1.895	734	1.895	744
Ferramentas	591	-	591	-
Outros	705	629	798	666
Total	7.872	4.115	7.965	4.227

11 Titulos de investimentos

O Grupo possui os seguinte títulos de investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Vale S.A – Debêntures	10.606	10.830	10.606	10.830
Provisão para perda - Vale S.A.	(10.451)	(10.451)	(10.451)	(10.451)
Bradesco – Capitalização	54	-	54	-
Total	209	379	209	379

- Vale do Rio Doce - Debêntures

Natureza	Debênture subordinada nominativa, não conversível
Emissor:	Vale S.A.
Vencimento:	Indeterminado
Remuneração:	IGP-Me participação nos resultados

- Bradesco - Capitalização

Natureza	Título de capitalização
Emissor:	Banco Bradesco S.A
Vencimento:	Maio de 2018
Remuneração:	TR- Taxa referencia de remuneração da poupança

- Santander - Capitalização

Natureza	Título de capitalização
Emissor:	Santander Banespa S.A.
Vencimento:	Maio de 2018
Remuneração:	TR - Taxa referencia de remuneração da poupança

12 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração do Grupo inclui salários e benefícios não monetários. Tal remuneração soma o valor total de R$828.

Contas com empresas ligadas

Os detalhes a respeito das transações entre a Sociedade e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Ativo				
Não circulante:				
Fontes da Serra	6.910	179	-	32
Total	6.910	179	-	32
Passivo				
Não circulante:				
INASSA Sociedad Interamericana de Águas y Servicios S.A	18.230	7.994	18.230	7.994
Soluciones Andinas	54.455	8.602	54.455	8.602
SCP DARWIN/CESAN	-	2.446	-	2.446
Sanear	-	4.901	-	4.901
Canal Isabel II Gestión	173	45	173	45
Sebastião Cristovam	-	178	-	178
Total	72.858	24.166	72.858	24.166
Total líquido	65.948	23.987	72.858	24.134

Os saldos de contas a receber e a pagar a empresas ligadas referem-se a transações de suporte financeiro entre as partes e não há incidência de juros sobre esses saldos.

	Controladora e Consolidado	
	2019	**2018**
Soluções Andinas	(946)	-
INASSA Sociedad Interamericana de Águas y Servicios S.A	(4.497)	(3.180)
Total	(5.443)	(3.180)

São os seguintes os efeitos dessas transações com partes relacionadas no resultado do exercício:

	Controladora e Consolidado	
	2019	**2018**
Despesas financeiras	(2.030)	(887)
Variação cambial líquida	(3.413)	(2.293)
Total	(5.443)	(3.180)

13 Investimentos em controladas e coligadas

	Controladora						
				Investimento		Resultado de equivalência	
Investida	**% de participação**	**Patrimonio Líquido**	**Resultado**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
SCP 150 e 156	50%	13.916	2.660	6.958	5.629	1.330	1.360
Fontes da Serra Saneamento de Guapimirim	98%	816	(509)	800	1.298	(499)	661
	-	-	-	7.758	6.927	831	2.021

	Consolidado						
				Investimento		Resultado de equivalência	
Investida	**% de participação**	**Patrimonio Líquido**	**Resultado**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
SCP 150 e 156	50%	13.916	2.660	6.958	5.629	1.330	1.360
	-	-	-	6.958	5.629	1.330	1.360

A movimentação do investimento é conforme abaixo:

	Controladora		
	SCP	**Fontes**	**Total**
Saldos em 31.12.2018	5.628	1.299	6.927
Equivalência patrimonial	1.330	(499)	831
Saldos em 31.12.2019	6.958	800	7.758

	Consolidado	
	SCP	Total
Saldos em 31.12.2018	5.629	5.629
Equivalência patrimonial	1.330	1.330
Saldos em 31.12.2019	6.958	6.958

14 Imobilizado

		Controladora			
				2019	2018
	Taxas anuais	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	395	(87)	308	343
Máquinas e equipamentos	10%	259	(71)	188	202
Equipamentos de TI	20%	749	(320)	429	578
Software	20%	1.342	(1.321)	21	145
Veículos	20%	1.581	(1.581)	-	75
Imobilizado em andamento	-	135	-	135	45
Outros	20%	357	(90)	267	256
Total		4.818	(3.470)	1.348	1.644

		Consolidado			
				2019	2018
	Taxas anuais	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	4%	429	(104)	325	356
Máquinas e equipamentos	10%	297	(98)	199	215
Equipamentos de TI	10%	854	(411)	443	596
Software	20%	1.342	(1.321)	21	145
Veículos	20%	1.802	(1.802)	-	75
Imobilizado em andamento	-	1.001	-	1.001	45
Outros	10 a 20%	551	(113)	438	265
Total		6.276	(3.849)	2.427	1.697

É a seguinte a movimentação do ativo imobilizado durante o exercício de 2019:

					Controladora
	Saldo líquido 31.12.18	**Adições**	**Transferências**	**Depreciação**	**Saldo líquido 31.12.19**
Móveis e utensílios	343	1	-	(36)	308
Máquinas e equipamentos	202	13	-	(27)	188
Equipamentos de TI	578	8	-	(157)	429
Software	145	17	-	(141)	21
Veículos	75	-	-	(75)	-
Imobilizado em andamento	45	90	-		135
Outros	256	73	-	(62)	267
Total	1.644	202	-	(498)	1.348

					Consolidado
	Saldo líquido 31.12.18	**Adições**	**Transferências**	**Depreciação**	**Saldo líquido 31.12.19**
Móveis e utensílios	356	6	-	(37)	325
Máquinas e equipamentos	215	13	-	(29)	199
Equipamentos de TI	596	9	-	(162)	443
Software	145	17	-	(141)	21
Veículos	75	-	-	(75)	-
Imobilizado em andamento	45	956	-	-	1.001
Outros	265	248	-	(75)	438
Total	1.697	1.249	-	(519)	2.427

A Administração considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado da Sociedade não excede ao seu valor recuperável.

15 Intangível

A controlada Fontes da Serra Saneamento de Guapimirim Ltda., opera contratos de concessão que preveem a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, captação, adução, tratamento e distribuição de água tratada, e coleta, e tratamento de esgotamento sanitário. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público. Os contratos preveem que os bens relacionados à prestação de serviços serão revertidos aos municípios ao fim do período de concessão. Em 31 de dezembro de 2019, a Fontes da Serra operava apenas no município de Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro. O período de concessão é de 30 anos, renováveis. A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa.

	2019			2018
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Captação	522	(316)	206	224
Adutora	265	(161)	104	114
Unidade de tratamento	749	(456)	293	318
Reservatório	983	(554)	429	467
Rede de distribuição	1.100	(663)	437	475
Outros	384	(233)	151	164
Total	4.003	(2.383)	1.620	1.762

	Saldo líquido 31.12.18	Adições	Baixas	Amortização	Saldo líquido 31.12.19
Captação	224	-	-	(18)	206
Adutora	114	-	-	(10)	104
Unidade de tratamento	318	-	-	(25)	293
Reservatório	467	-	-	(38)	429
Rede de distribuição	475	-	-	(38)	437
Outros	164	-	-	(13)	151
Total	1.762	-	-	(142)	1.620

16 Empréstimos e financiamentos

	Controladora e consolidado			
	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco Santander	-	-	4.088	-
Total	-	-	4.088	-

Conta garantida com taxas de mercado. São os seguintes os detalhes dos empréstimos e financiamentos:

a. Banco Santander

	Controladora e consolidado	
	2019	**2018**
Circulante	-	4.088
	-	4.088
Juros:		2,06% a.m.
Vencimento:		Abril de 2020
Garantia:		Recebíveis

17 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Salários	361	762	361	767
Provisão de férias e encargos	1.976	6.012	2.115	6.162
INSS	1.149	1.910	1.990	2.577
IRRF	1.794	1.119	1.799	1.123
FGTS	111	502	136	527
Rescisões	517	4.654	517	4.654
Outros	393	326	394	327
Total	6.301	15.285	7.312	16.137

18 Parcelamento fiscal

	Controladora			
	2019		2018	
	Circulante	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Refis Lei 12.996	219	37.526	1.258	9.911
Refis Lei 11.941	-	-	535	-
Parcelamento ISS	311	546	489	381
Parcelamento INSS	1.435	5.084	659	1.058
Outros	47	505	5.865	7.349
Total	2.012	43.661	8.806	18.699

	Consolidado			
	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Refis Lei 12.996	257	37.991	1.258	9.911
Refis Lei 11.941	129	1.604	535	-
Parcelamento ISS	311	546	489	381
Parcelamento INSS	1.435	5.084	659	1.058
Outros	47	505	6.028	9.412
Total	2.179	45.730	8.969	20.762

A parcela não circulante vence conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
2021	7.355	7.911
2022	7.347	7.903
2023	7.266	7.822
2024 em diante	21.693	22.094
	43.661	45.730

19 Outras obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
COFINS	4.320	17.180	4.760	17.345
PIS	2.100	4.151	2.170	4.166
ISS	1.664	6.919	1.665	6.920
INSS	560	524	567	531
PIS/COFINS/CSLL	588	516	594	516
Outros	1.937	278	1.941	281
Total	11.169	29.568	11.697	29.759

20 Contingências

A situação jurídica do Grupo engloba processos de naturezas trabalhista e fiscal. A Administração entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação justifica que o montante provisionado para contingências, no valor total de R$ 1.257, seja suficiente cobrir perdas prováveis nessas contingências.

A Sociedade tem contingências consideradas como possíveis de perda no montante total de R$ 45.136 e, por essa classificação, não provisionados nas demonstrações contábeis.

Outrossim, as declarações de rendimentos da Sociedade estão sujeitas a revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante o prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitos a essas condições, conforme legislação aplicável. Como a legislação é frequentemente sujeita a interpretações, não é possível assegurar a aprovação final desses impostos e contribuições.

21 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social autorizado, subscrito e integralizado está representado por 34.763.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Natureza e propósito das reservas de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva de retenção de lucros

Reserva de retenção de lucros não distribuídos, com a finalidade de efetuar novos investimentos no Grupo.

Em 31 de dezembro de 2015 o empréstimo que a Emissão tinha com sua Controladora Soluciones Andinas de Aguas S.R.L foi convertido em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

22 Imposto de renda e contribuição social

A Sociedade apresenta em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro a compensar com lucros tributáveis futuros, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Prejuízos fiscais acumulados	28.502	22.837
Bases negativas de contribuição social	28.502	22.837

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Controladora	
	2019	**2018**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.700)	(5.675)
Imposto de renda e da contribuição social calculados a alíquota efetiva (34%)	5.338	1.929
Diferenças permanentes:		
Equivalência patrimonial	282	687
Outras	35	(45)
Total	5.655	2.571
Diferido	5.655	3.266
Corrente	-	(695)
	5.655	2.571

	Consolidado	
	2019	**2018**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.710)	(5.471)
Imposto de renda e da contribuição social calculados a alíquota efetiva (34%)	5.341	1.860
Diferenças permanentes:		
Equivalência patrimonial	452	462
Outras	(138)	59
Total	5.655	2.381
Diferido	5.655	3.266
Corrente		(885)
	5.655	2.381

A alíquota utilizada nas conciliações de 2019 e 2018 apresentadas é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

Prejuizos fiscais	7.126	5.709
Base negativa de contribuição social	2.565	2.055
Diferenças temporárias	17.848	14.120
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo	27.539	21.884

Os prejuízos fiscais a compensar podem ser compensados indefinidamente contra lucros tributáveis futuros, limitado a 30% do lucro tributável do exercício corrente.

23 Instrumentos financeiros

23.1 Gestão de risco de capital

A política da Diretoria é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

O Grupo administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Sociedade é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 16), deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e pelo patrimônio líquido da Sociedade (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras), conforme apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A Diretoria revisa constantemente a sua estrutura de capital. Como partedessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classedecapital.

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Dívidas (a):				
Empréstimos e financiamentos	-	4.088	403	4.088
Caixa e equivalentes	(2.407)	(3.763)	(7.964)	(3.803)
Dívida líquida	-	325	(7.561)	285
Patrimônio líquido	58.310	68.355	58.327	68.382
Índice de endividamento líquido	N/A	0,47%	N/A	0,41%

A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazo, conforme detalhado na nota 16.

23.2 Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora					
	2019			2018		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos recebíveis	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	2.407	-	2.407	3.763	-	3.763
Contas a receber	-	131.129	131.129	-	140.742	140.742
Titulos de investimento	-	209	209	379	-	379
	Valor justo através do resultado	Outros passivos	Total	Valor justo através do resultado	Outros passivos	Total
(Passivos)	-					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(4.088)	(4.088)
Fornecedores	-	(3.278)	(3.278)	-	(17.906)	(17.906)
Contas com empresas ligadas – líquido	-	(65.948)	(65.948)	-	(23.987)	(23.987)

	Consolidado					
	2019			2018		
	Valor justo através do resultado	Empréstimo recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos recebíveis	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	7.964	-	7.964	3.803	-	3.803
Contas a receber	-	133.280	133.280	-	142.439	142.439
Titulos de investimento	-	209	209	379	-	379
	Valor justo através do resultado	Outros passivos	Total	Valor justo através do resultado	Outros passivos	Total
(Passivos)						
Empréstimos e financiamentos	-	(403)	(403)	-	(4.088)	(4.088)
Fornecedores	-	(3.418)	(3.418)	-	(17.964)	(17.964)
Contas com empresas ligadas - líquido	-	(72.858)	(72.858)	-	(24.134)	(24.134)

A Sociedade avalia que todos os instrumentos financeiros estão classificados no nível 2 na hierarquia de valor justo.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como conseqüência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

23.3 Objetivos da administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria Corporativa da Sociedade presta serviços às empresas, coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Sociedade por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

23.4 Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Sociedade fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração da Sociedade entende que esse risco é inerente ao perfil de sua dívida e, portanto bem equacionado. Portanto, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos.

As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Adminstraçãoda Sociedade.

23.5 Gestão do risco de taxa de juros

A Sociedade não tem exposição ao risco de taxa de juros, uma vez não possue empréstimos com taxas de juros pós-fixadas.

23.6 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade incorrer em perdas financeiras. A Sociedade adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Sociedade utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Sociedade e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas e o valor agregado das transações concluídas é dividido entre as contrapartes aprovadas.

As contas a receber de clientes estão compostas por clientes diferentes, formados substancialmente por entes governamentais (prefeituras e controladas por estados da federação). Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões, cujo montante é considerado suficiente pela administração para a cobertura desse risco.

A Sociedade define como contrapartes como tendo características semelhantes aquelas que são empresas relacionadas. Não há concentração de risco de crédito.

Adicionalmente, a Sociedade não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

23.7 Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. OGrupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedadenão possui linhas de crédito não utilizadas que tem à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

23.8 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

- O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

- O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável de acordo com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções.

- O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas dos valores contabilizados.

24 Receitas

Segue abaixo conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Receita bruta	116.597	184.499	121.343	189.148
Menos:				
Impostos sobre vendas	(12.617)	(26.012)	(13.119)	(26.506)
Total	103.980	158.487	108.224	162.642

25 Custo das atividades

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Pessoal	62.876	90.602	64.187	91.775
Material aplicado	5.154	9.763	5.509	10.132
Alugueis e locações	6.547	13.320	6.837	13.577
Serviços terceirizados	3.363	7.269	3.457	7.367
Manutenção de veículos	1.052	3.964	1.163	4.052
Depreciação e amortização	170	44	321	186
Outros	4.576	5.354	5.223	5.854
Total	83.738	130.316	86.697	132.943

26 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Serviços	1.543	4.437	2.055	4.687
Alugueis e locações	1.160	1.131	1.206	1.280
Viagens e hospedagens	709	856	718	856
Manutenção	1.004	265	1.038	265
Depreciação e amortização	392	680	404	695
Outras	2.036	1.573	2.372	1.573
Total	6.844	8.942	7.793	9.356

27 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Rendimento de aplicações	246	628	249	630
Descontos obtidos	38	88	45	90
Outras	61	825	141	980
Total	345	1.541	435	1.700

28 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Juros sobre empréstimos	2.498	1.262	2.716	1.262
Outros juros	4.532	4.051	4.604	4.118
Descontos concedidos	201	1.741	201	1.741
Outras	523	345	648	377
Total	7.754	7.399	8.169	7.498

29 Cobertura de seguros

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Sociedade considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

30 Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2019, não ocorreram fatos que a Sociedade entenda como necessária sua divulgação, além do fato do Coronavírus (COVID-19). Acreditamos ainda não ser possivel mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID-19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-la. Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis. Adicionalmente, ressaltamos que os impactos ocasionados nas operações, podem advir também do resultado das medidas adotadas para a contenção desta pandemia.

Nesse momento, cabe apenas alertar quanto à possibilidade destes impactos, mensuráveis ou não, bem como aos riscos e incertezas inerentes ao COVID-19.

Emissão S.A.

INFORME DE GESTIÓN 2019

Fontes da Serra

Emissão S/A

Dónde Estamos

Somos una empresa de servicios, operación y construcción con más de 25 años actuando en el sector operativo y comercial de servicios públicos en el abastecimiento de agua y en el agotamiento sanitario, en compañías de saneamiento estaduales y prefecturas Municipales. Tenemos una natural vocación en el área de concesión de servicios de agua y de alcantarillado, derivada de la experiencia y del profundo conocimiento de su cuerpo técnico acerca de las características y de las principales cuestiones de naturaleza operativa y comercial de las principales compañías de saneamiento básico de Brasil.

Actualmente estamos operando en Rio de Janeiro, Bahia y Brasília, expandiendo nuestras operaciones en 2020 para Parana (sur de Brasil) y otros estados.

Logros Destacados:

- Mantenimiento de las operaciones de Brasil a pesar del déficit de efectivo generado por un contrato específico ya rescindido.
- Firma de acuerdo con empresas especializadas en saneamiento para análisis de nuevas concesiones, asociación con comercializadores y asesores de Fondos de inversiones para expandir nuestras operaciones.
- Análisis de nuevos mercados: Minas, Paraná, Ceará y Paraíba para ingresar en 2020

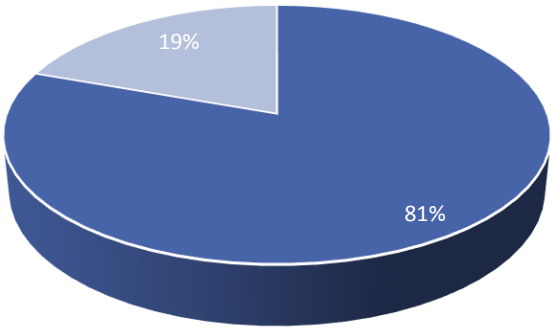
Principales Proyectos

- Alagoinhas, BA - R$ 18.6 M
- Feira de Santana, BA – R$ 13.9 M
- Ilhéus, BA- R$ 13.0 M
- Candeias, BA – R$ 4.5 M
- Itamaraju, BA – R$ 20.8 M

Talento: 1082 colaboradores

Hombres: 876

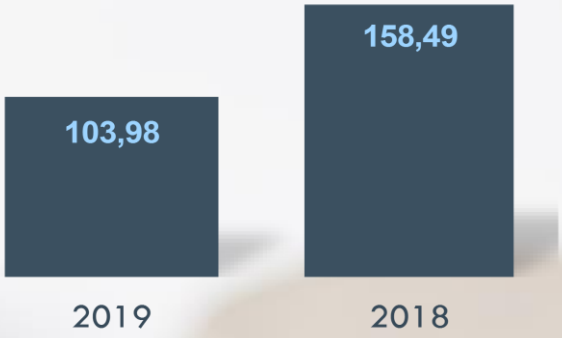
Mujeres: 206



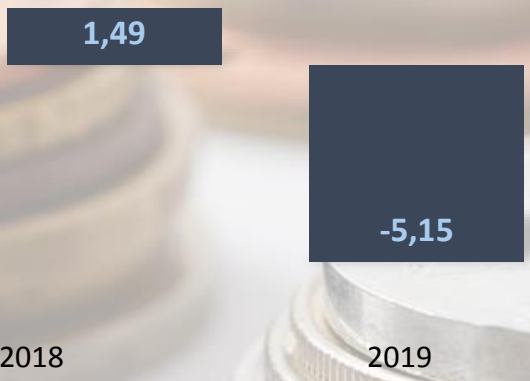
Cifras relevantes 2019

(Ebitda afectado por R$10 M en 2018 y 2019 por provisiones de deterioro de cobros antiguos)

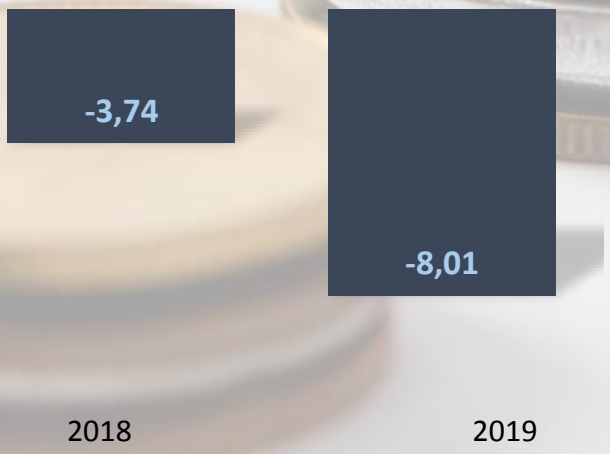
Ingresos / Millones de reales



Ebitda / Millones de reales



Utilidad Neta / Millones de reales



Gestión Jurídica

Asamblea de Accionistas

Durante ejercicio 2019 se ha realizado una asamblea de accionistas, con carácter de ordinaria, en la que se trataron, principalmente, de la aprobación de los estados financieros de 2018.

Juntas Directivas

En el desarrollo normal de la actividad societaria, durante el ejercicio 2019, se celebraron doce (12) sesiones de la Junta Directiva en las que se trataron temas propios de la operación de la compañía.

Conformación de la Junta Directiva 2019

Principales	Suplentes
MARCO ANTONIO BARREIROS CALVINHO	LIBARDO ANDRES ORTIZ CARRILLO (Q.E.P.D)
ANTONIO MODESTO RUIZ SANCHEZ	CESAR AUGUSTO CAMACHO ORTEGA
FRANCISCO JAVIER TUSELL GARCIA	NORLY MARTINEZ SOSA

Procesos Jurídicos

La Compañía no ha sido notificada de procesos en su contra ni tiene litigios de ninguna naturaleza fuera del curso normal de negocios que pudieran afectar de manera grave sus intereses. En calidad de demandante ha impetrado procesos para cobro de deudas antiguas contra antiguos clientes.

Software y Licencias.

En cumplimiento con la normatividad contenida en la ley 603 de 2000 sobre propiedad intelectual, la empresa tiene toda su plataforma técnica amparada por las correspondientes licencias

Programa de Compliance

Código de Ética

En mayo/2019, la junta directiva se reunió para aprobar el Código de Conducta Disciplinaria y Ética y posteriormente si hizo la difusión a todo el personal de la compañía.

La adopción y aprobación del Código de ética está en línea con la implementación del programa de *Compliance* que se viene adelantando desde Inassa para todo el Grupo empresarial.

Asesoramiento en Control Interno (SCIIF)

Durante el 2019 se inició la implementación del SCIIF en los procesos financieros, de conformidad con el nuevo marco español para control interno sobre la información financiera. Se han atendido todos los requerimientos y solicitudes del Comité de Auditoría con respecto a la información que alimenta el sistema de gestión de riesgos de la matriz, así como al proceso de elaboración y presentación de la información financiera auditada.

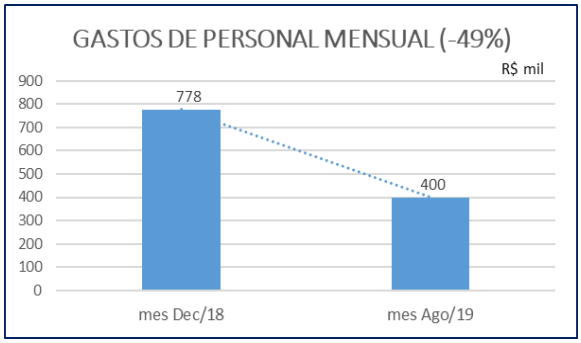
Gestión Financiera

Durante el año 2019, EMISSÃO S/A reportó ingresos operacionales de R$ 103,8 millones.

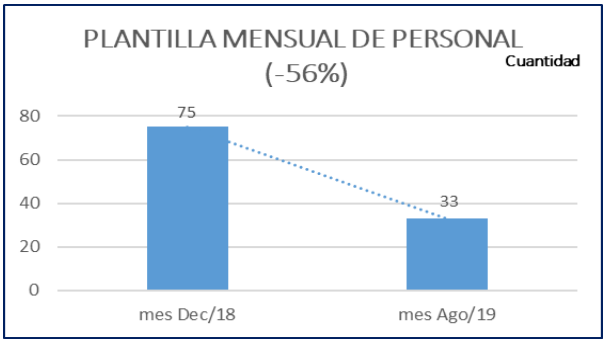
En 2019, hemos hecho un Plan de reducción de costos administrativos en R$5,5 M/año, con la implementación de las siguientes medidas ya ejecutadas o en curso:

- Reducción de la plantilla de personal (el principal costo adm) en un 56% pasando de 75 personas en dic./18 a 33 personas en ago/19 (R$4,536 mil/año).
- Reducción de gastos de asesoría externa.
- Cambio de la oficina administrativa a un espacio más pequeño y económico (R$252 mil/año).
- Rescisión y renegociación de contratos, proveedores más económicos y recursos netamente necesarios.
- Cambio de seguro de salud de directores y gerencia (R$396 mil/año).
- Disminución y optimización de numero de licencias de softwares (R$341 mil/año).

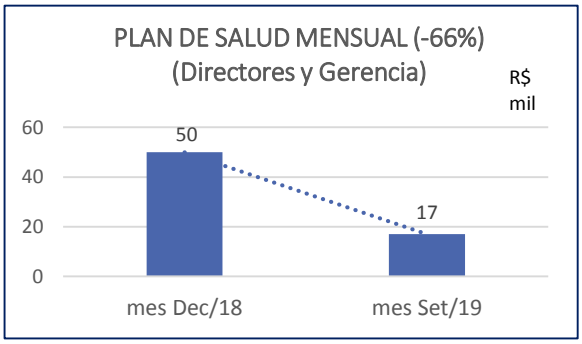
Economía R$ 4,453 mil/año



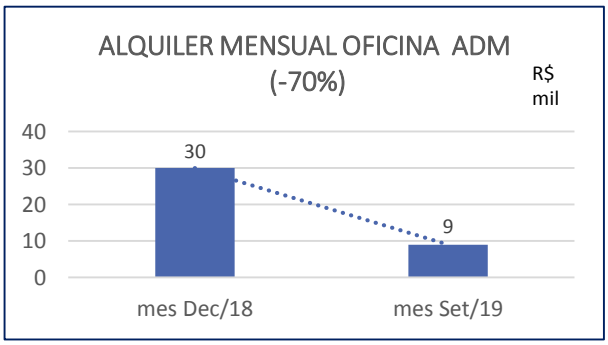
Estructura administrativa más pequeña



Economía R$ 396 mil/año



Economía R$ 252 mil/año



Debido a la terminación de contratos algunos contactos en Rio de Janeiro así como en Bahía, buscamos nuevas oportunidades en varios otros mercados. Esta búsqueda ha dado resultados y el año 2020 ya comenzó con la obtención de tres nuevos contratos en el sur de Brasil (Paraná - RJ). Continuamos estudiando otras áreas para expandir nuestras operaciones en otras regiones del país.

Gestión Operativa

Acueducto

Concesión Fontes da Serra: Administración de abastecimiento de agua en el municipio de Guapimirim-RJ, contando con 10.336 clientes.
Fontes da Serra también presta servicios a las emergencias, instalación y cambio de medidores, lectura, investigación de fraudes, facturación y cobro directo de los servicios.

Servicios Operativo Comerciales

Mantenimiento de Redes de Acueducto y alcantarillado en toda Región Metropolitana del Municipio do Rio de Janeiro igual que en diversos municipios del Estado de Bahia.
Mantenimiento de Estaciones elevadoras de acueducto y alcantarillado e Mantenimiento de Equipos de Tele medición e Macro medición.

Planeación

Gestión técnica – Control de contratos en curso, medidas y licitaciones

Calidad de agua

La calidad de agua debe ser monitoreada de acuerdo con las normas vigentes.
Este monitoreo es hecho a través da análisis de muestras recogidas en diferentes puntos del sistema de Acueducto y de acuerdo a las frecuencias establecidas legalmente.
Para el atendimiento de las normas, tomamos muestras en 14 puntos del sistema de abastecimiento incluyendo entrada de la PTAP, salida de la PTAP, tanques de almacenamiento y puntos de distribución.
La frecuencia de toma de muestras es diaria , semanal, mensual, trimestral e semestral.
La cantidad de parámetros analizados en cada muestra varia de acuerdo con la frecuencia, siendo menor para las muestras diarias e mayor para las muestras trimestrales y semestrales.
Los parámetros analizados en cada muestra son definidas en las normas vigentes y deben estar dentro de los limites definidos de las normas para que el agua sea considerada como apta para consumo humano.
Los resultados de los análisis realizados en el agua de la concesión de Fontes da Serra siempre atenderá a los parámetros exigidos por las normas vigentes e son considerados como aptos para el consumo humano.

Contratos de gestion Comercial

Servicios de Lectura sistematizada en Ciudades de Los Estados de Rio de Janeiro y Brasilia.

Recuperacion de cartera y cobro pre Juridico en el no Municipio de Rio de Janeiro

Servicios de corte e Reconexion en el Municipio de Maranhão.

Gestión de Reducción de pérdidas y control de agua no contabilizada

Servicios de recuperacion de fugas en las redes, acometidas y medidores.

Servicios de erradicación de conexiones clandestinas y fraudes.

Servicios de sustitución de medidores con mas de cinco (5) anos de usos para disminuir el subcontaje.

Satisfacción del cliente

En el ano de 2019 mantuvimos las acciones en el proceso de mantenimiento de l sistema de abastecimiento buscando la continuidad y mejoría en el presión de nuestro servicio de agua.

Con esta nueva condición de abastecimiento, o número de reclamaciones de clientes tuvo una reducción considerable de mas del 90% e no hubo mas acciones judiciales contra la concesión Fontes da Serra.

Pasamos también a ofrecer el pago de las facturas en Tarjetas debito y crédito, creando mas comodidad para nuestros clientes.

Restauración de depósitos de agua y cambios en la red de agua.

Durante 2019, llevamos a cabo renovaciones en los depósitos de agua y cambios o mejoras en la red de agua que eran antiguos (más de 17 años), y estaban obsoletos.

Gestión Humana

Capacitación y desarrollo del personal:

Durante el 2019 se ejecutaron 192 horas de formación, dentro de las capacitaciones se destaca:

Curso de idiomas (Español)

Bienestar Laboral

Con una inversión de R$ 3,3 millones se ejecutó el plan de bienestar laboral previsto y en el desarrollo de éste se concedieron los siguientes beneficios a los empleados: Póliza de salud, Auxilio de alimentación, actividades sociales entre otras actividades.

Fuerza laboral por Género

Total: 1082 Empleados

Edad media de la plantilla de personal **38,7 Años**

Antigüedad media de la plantilla

4,7 Años

Seguridad y salud en el trabajo

Durante el año de 2019, los gastos con uniformes y equipo de protección individual totalizaron R$ 76 mil. Las inversiones en el área de seguridad laboral totalizaron R$ 78 mil.

Sistemas Informáticos

- En 2019, el sistema de RM continuó creciendo, buscando mejoras en los procesos y adaptaciones a las nuevas leyes vigentes en Brasil. Se han desarrollado informes para ayudar al sector contable a proporcionar información correcta a Canal, además de informes para ayudar al sector fiscal a informar correctamente las declaraciones de impuestos obligatorias.
- En fluig, se implementaron los procesos de aprobación de órdenes de compra. Estos procesos aportaron mayor velocidad y facilidad a la aprobación de una orden de compra por parte del gerente responsable del trabajo, ya que las aprobaciones comenzaron a hacerse a través de aplicaciones móviles nativas de la herramienta fluig.
- En términos de infraestructura, la red de datos y voz se rehízo debido al cambio y la reducción del espacio físico, manteniendo el estándar ya utilizado

Estados financieros auditados

Los estados financieros adjuntos, con sus respectivas notas, incluyen la información financiera de la compañía y fueron debidamente auditados por la firma independiente FSA NETWORK.

LUIS AURÊNIO BARRETTO
Financeiro Administrativo

lbarretto@emissao.com.br
Tel: +55 21 3297-8500
Seção: Matriz

Emissão S.A.

www.emissao.com.br